

A militarização de escolas públicas na Bahia: processo de recrutamento e capacitação de gestores disciplinares

Luciana Canário Mendes
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: lmendes@uneb.br

Clauber Teixeira da Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: clauberteixeira29@gmail.com

Zizelda Lima Fernandes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil
Endereço eletrônico: zizelda.fernandes@uesb.edu.br

1066

Palavras-Chave: Militarização da Educação. Gestão compartilhada. Estado da Bahia

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi estruturado por meio do Decreto n.º 10.004, criado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019, sob responsabilidade do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), com apoio do Ministério da Defesa, com a finalidade de “promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio” (Brasil, 2019, art. 1º). Contou com a colaboração dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Para isso, seria implementada a gestão “de excelência” em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos baseados nos colégios militares já existentes (Brasil, 2019).

Entretanto, um projeto do governador da Bahia, Rui Costa, antecipava o que acontecia no cenário nacional. No dia 10 de maio de 2018 o governo baiano, a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a Polícia Militar da Bahia e a União dos Municípios da Bahia (UPB), assinaram o Termo de Acordo de Cooperação Técnica (TACT) n.º 02/2018, “visando à implementação do Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar da Bahia em Colégios Municipais de Ensino Fundamental II” (Bahia, 2018, p. 101).

Realização:



Apoio:



No mencionado documento, sobre as obrigações dos partícipes, dentre outros encargos, se determinava que a Unidade de Ensino Municipal Conveniada (UEMC) desenvolveria o seu projeto pedagógico específico, mas deveria observar as orientações do Instituto de Ensino e Pesquisa da PMBA. A Polícia Militar da Bahia se responsabilizaria pela capacitação dos gestores (diretores escolar e militar, coordenadores e tutores), bem como deveria indicar policiais militares da reserva remunerada ou reformados para o exercício das funções acima. Ao município, dentre outras responsabilidades, caberia disponibilizar a instituição de ensino com instalações físicas compatíveis com o modelo de ensino da Rede de Colégio da Polícia Militar (CPM); remunerar os policiais militares indicados para exercer as suas respectivas funções”¹.

Para este texto, propomos como recorte a análise de quatro documentos concernentes ao processo de seleção e capacitação dos policiais militares para atuarem como gestores disciplinares nas instituições escolares conveniadas no Estado da Bahia.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico recorreremos a abordagem histórico-documental e bibliográfica para analisar as contradições existentes entre o processo de implantação e revogação do Pecim, bem como o processo de militarização de escolas na Bahia. Tal análise teve como *corpus* empírico os seguintes documentos institucionais da PMBA, a saber: Termo de Acordo de Cooperação Técnica (TACT) n.º 02 (2018), Guia de Gestão do Modelo CPM: conceitos, referências normativas, orientações e procedimentos (2022), Processo de Recrutamento e Seleção de Policiais Militares da Reserva para atuarem no modelo CPM de Gestão Compartilhada (2023)² e o Guia do processo de recrutamento e seleção do Modelo CPM (2024).

¹ Segundo o Guia de Gestão do Modelo CPM (2024), com a assinatura do TACT n.º 002, foram criadas até dezembro de 2018, 25 (vinte e cinco) Unidades de Ensino Municipal Compartilhado (UEMC), sendo a primeira em Dias D’Ávila e a segunda em Campo Formoso.

² Documento que determina o preenchimento de vagas e o processo seletivo de candidatos mais alinhados ao perfil dos cargos.

Realização:



Apoio:



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 28 de maio de 2018, por meio do Boletim Geral Ostensivo (BGO) nº 101, a Polícia Militar da Bahia, torna público e oficial o projeto Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar (SECPM), nomenclatura posteriormente alterada para Modelo de Ensino do Colégio da Polícia Militar – Gestão Compartilhada (MCPM).

Para a consolidação do MCPM, em 2020, a PMBA implantou o Instituto de Ensino e Pesquisa (IEP) responsável por assegurar os processos seletivos para o treinamento do Multiplicadores da Gestão e Metodologia do Sistema de Ensino CPM, por meio de cursos ofertados na modalidade de Educação à Distância (EAD).

No ano de 2024 identificamos um novo curso intitulado “A gestão compartilhada de ensino Modelo CPM”, com duração de 40h, distribuídos em 09 disciplinas e destinado à formação de policiais militares que atuam nas unidades de ensino conveniadas com o objetivo de “[...] alcançar a formação continuada qualificada e doutrinária para atender ao público-alvo de estudantes, familiares e comunidade local” (PMBA, 2024, p. 54-55). Importante mencionar uma expansão no quantitativo de disciplinas e de vagas, ou seja, 477 (quatrocentos e setenta e sete) policiais militares da reserva que atuam como membros da equipe disciplinar do Modelo MCPM.

No que concerne à seleção da equipe da gestão disciplinar dados divulgados no Processo de Recrutamento e Seleção de Policiais Militares da Reserva para atuarem no modelo CPM de Gestão Compartilhada (Mineiro; Lima, 2023) evidenciaram que, seleção da equipe deveria ser realizada pelos Comandantes de Unidade com a assessoria dos coordenadores setoriais, majoritariamente, via convite pessoal (77%), via processo seletivo próprio (9%) e outro – não identificado (14%).

O documento também evidencia que, os colaboradores possuem poucos conhecimentos acerca do trabalho a ser realizado, ou seja, 46% enfatizaram não ter nenhuma formação e/ou experiência no processo de recrutamento pessoal, 23% declararam ter pouco conhecimento e, apenas, 31% informaram que tem experiência. No que concerne às técnicas mais utilizadas para selecionar os gestores disciplinares segundo os coordenadores setoriais, o documento

Realização:

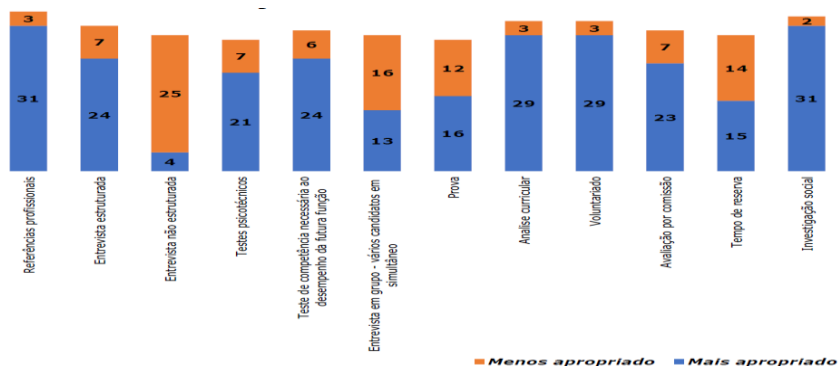


Apoio:



registra que os mecanismos mais utilizados são as referências pessoais, investigações sociais, análise curricular e voluntariado, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Técnicas utilizadas para a seleção de gestores disciplinares



Fonte: Mineiro; Lima, 2023

O que nos chama a atenção é que as técnicas utilizadas acima para indicação de policiais militares para exercerem cargos de gestão nas unidades de ensino conveniadas fere o princípio da gestão democrática do ensino público previsto na Constituição Federal de 1988 (artigo 206, inciso V) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. Nesse sentido, o Ministério Público Federal do Estado da Bahia (MPBA) tem questionado a inconstitucionalidade desse modelo de gestão e de algumas práticas no âmbito pedagógico e administrativo das escolas conveniadas. O Boletim Informativo do MPBA (2022) evidenciou que, a atuação policial nas escolas não possui base legal de acordo com a LDB nº 9394/1996) que “define o gerenciamento, a forma de ingresso e a formação necessária para atuação legal dos profissionais dentro dessas escolas” (MPBA, 2022, p. 5). O supracitado documento registrou que a Bahia possuía, no ano de 2022, um total de 100 escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar da Bahia. No ano seguinte, a PMBA assegurou que, 106 instituições baianas aderiram a este modelo de gestão. Atualmente, segundo Mendonça (2024), esse Estado conta 121 colégios com essa formatação, despontando no *ranking* nacional³.

³ Segundo a autora, o Estado do Goiás tem 124 colégios nesse formato e, com exceção de Sergipe, todas as unidades da federação possuem escolas militarizadas, sejam elas administradas pelos governos estaduais ou pelas prefeituras.

Realização:



Apoio:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2023 o PECIM foi extinto por meio do Decreto n.º 11.611/2023, entretanto, percebemos que o processo de militarização de escolas públicas tem se intensificado no Brasil, mormente no Estado da Bahia. Conforme exposto, a militarização de escola pública é incompatível com a CF/1988 e com a LDB n.º 9394/1996, trazendo por trás de um discurso de aumento da qualidade da educação, políticas de segurança pública que não dialogam com questões pedagógicas fundamentais para o desenvolvimento de sujeitos numa sociedade democrática.

1070

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Termo de Acordo de Cooperação Técnica n.º 02**, de 29 de outubro de 2018. Estabelece a criação de um sistema de ensino dos colégios da Polícia Militar da Bahia. Salvador, BA, 2018.
Disponível em: <http://www.upb.org.br/index.php/downloads>. Acesso: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Diretrizes das Escolas Cívico-militares**. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/ptbr/media/aceso_informacacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERS_O_observaes_14072021convertido2.pdf>. 2019.

MENDONÇA, F. Cabeças de papel em expansão no país, as escolas cívico-militares são caras, ineficientes e parecem servir apenas para inflar a renda dos oficiais da reserva. **Carta Capital**, Ano XXIX, n.º 1313, 05 jun. 2024.

MINEIRO, V. F. F. G.; LIMA, L. A. **Guia do processo de recrutamento e seleção do Modelo CPM**. Polícia Militar da Bahia. Salvador, ed. n.º 01, 2024.

MINEIRO, V. F. F. G.; LIMA, L. A. **Processo de Recrutamento e Seleção de Policiais Militares da Reserva para atuarem no modelo CPM de Gestão Compartilhada**. Polícia Militar da Bahia. Salvador, ed. n.º 01, 2023.

MINEIRO, V. F. F. G.; LIMA, L. A. **Guia de gestão do modelo com gestão compartilhada: Conceitos, Referências Normativas, Orientações e Procedimentos**. Polícia Militar da Bahia. Edição 01, Salvador, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. **Informação Técnico-Jurídica Conjunta n.º 01/2022**. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/educacao/informacoes_e_notas_tecnicas>

Realização:



Apoio:



[_do_ceduc/informacaotecnicaconjuntano02.2022-versalfinal-escolas militarizadas.pdf](#)>.
Acesso em: 05 abr. 2024.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **Guia de gestão do modelo com gestão compartilhada:**
Conceitos, Referências Normativas, Orientações e Procedimentos. Edição 01, Salvador, 2022.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **Boletim Geral Ostensivo** (Gestores dos Termos de
Cooperação Técnica do Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar da Bahia),
Subcomando-Geral – nº 159 - 26 de agosto de 2020.

Realização:



Apoio:

